

F. Seca

25 JUN 1988

Jogo aberto

Desta vez sem qualquer alarde, a administração pública começa a propor um jogo aberto à comunidade. É o jogo de apresentar realisticamente o índice da umidade relativa do ar a cada dia, agora que a cidade ainda está no início da sua temporada anual de convivência com a seca que tanto a incomoda.

Ao mesmo tempo, providenciam-se planos de emergência. Se a umidade relativa do ar desce abaixo dos trinta por cento, automaticamente acionam-se providências, especialmente no campo da saúde pública, para prevenir incômodos maiores ao brasiliense. Esquemas especiais passam a reforçar os hospitais e a proteger as escolas.

Se a umidade cai ainda mais, se chega aos treze por cento ou menos, suspendem-se as aulas nas escolas. As crianças ficam em casa, mais protegidas contra o mal-estar provocado pelo ar extremamente seco. Evitam-se aglomerações de crianças que possam estimular o contágio de alguns males que recrudescem com a seca.

Um desses males é a meningite, que no ar seco encontra ambiente mais favorável à sua propagação. A meningite também se relaciona com outro mal que atingia as comunicações oficiais à população. Assim como se escondiam os baixos níveis de umidade do ar, também camuflava-se a meningite, como se não existisse.

A propósito, pode parecer absurda a idéia de a administração anunciar abertamente à sua cidade a taxa de umidade do ar ou a presença da meningite em seu meio. Absurdo porque a divulgação transparente desses fenômenos deveria ser um fato corriqueiro em qualquer aglomerado humano. Não poderia ser escondido, assim como ninguém esconde o sol.

Mas, infelizmente, até o ano passado a administração ainda camuflava a taxa real da umidade. Pegava a taxa do dia e simplesmente aumentava o seu valor para um número qualquer. Sonegava à cidade o direito de conhecer a verdade e, diante dela, resguardar-se de modo conveniente. Mas quem ganhava com a sonegação?

Herança do regime de arbitrio, a sonegação — alegava-se — era um meio de evitar pânico na cidade. Evitar inquietações so-

ciais. Evitar que o povo, simplesmente conduzido pelo impacto psicológico provocado pela taxa de umidade do dia, procurasse desnecessariamente os centros de saúde, como se a sua presença ali fosse incômoda.

A tradução literal desse comportamento é a de que, realmente, os movimentos individuais ou grupais eram incômodos. Como o Estado não podia eliminar o povo, pelo menos tentava controlar seus movimentos, gestos e ações com toda espécie de propaganda e fraude. O povo era um caso de polícia.

Foi exatamente nessa prevenção antipovo que surgiu a fraude das estatísticas públicas no governo Médici. Em Brasília, escondia-se a taxa real da umidade relativa do ar, a título de cautela para evitar um problema "psicossocial". A umidade relativa do ar chegava aos onze por cento e dizia-se que estava em trinta.

Manipulava-se no Rio de Janeiro a taxa diária de calor do verão. A temperatura alcançava os quarenta graus e anunciava-se trinta. Mas, antes que os brasilienses voltassem a conhecer sua taxa verdadeira de umidade do dia, foi concedido aos cariocas o direito de saber qual a temperatura em que realmente viviam.

E tudo não passava de um imenso drama do absurdo. Escondiam-se as taxas de umidade e calor como se isso tornassem melhores as condições de vida dos cidadãos. Era como se a saúde, o bem-estar de alguém, pudesse melhorar apenas por chegar ao seu conhecimento que, naquele momento, respirava-se com uma umidade de 19 por cento e não de 28.

O Governo procurava efeitos psicosociais como se o mais importante não fosse advertir as populações para as condições reais do clima que enfrentavam, para que pudessem se proteger adequadamente. Era como se a ilusão de um bem-estar falso do indivíduo pudesse superar todos os seus males e incômodos reais.

Agora, em Brasília restaura-se a verdade. Restaura-se em boa hora, com dignidade por parte de uma administração que deve é cuidar mesmo de dar mais assistência à população, sem vender-lhe ilusões. A verdade concede melhor bem-estar e proteção.